



ACÓRDÃO Nº988/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11455/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Maternidade Balbina Mestrinho
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsáveis:** Sr. Marco Lourenço Silva, Diretor-Geral.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6792/2016-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Direta Estadual. Maternidade Balbina Mestrinho. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Multa.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1 - Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Sr. Marco Lourenço Silva, Diretor Geral da Maternidade Balbina Mestrinho (U.G: 17111) e Ordenador de Despesas, à época, exercício de 2015, nos termos do art. 1º, II, e art. 22, II, da Lei 2423/1996; art. 18, II, da LC 06/1991; c/c o art. 188, §1º, II, da Res. 04/2002;

9.2 - Dar quitação ao Sr. Marco Lourenço Silva, Diretor Geral da Maternidade Balbina Mestrinho e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos arts. 24 e 72, II, da Lei n. 2423/1996; artigo 189, inciso II, da Resolução n. 04/2002 – RITCE;

9.3 - Aplicar Multa ao Sr. Marco Lourenço Silva, na forma prevista no art. 1º, XXVI e 52 da Lei 2423/1996, no valor de R\$2.000,00, nos termos do parágrafo único, do artigo 53, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, valor atualizado pela Resolução nº. 25/2012, pelas impropriedades constantes nos **itens 05 e 06 do Relatório/Voto**, que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada



ACÓRDÃO Nº988/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

monetariamente (artigo 55, da Lei n. 2423/1996), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução TC nº. 04/2002-RITCE;

9.4 - DETERMINAR à Secretaria do Tribunal Pleno que:

- a) Encaminhe à atual Administração da Maternidade Balbina Mestrinho (U.G: 17111), cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pela Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;
- b) Notifique o Senhor **Marco Lourenço Silva**, Diretor Geral da Maternidade Balbina Mestrinho e Ordenador de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;
- c) Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 4/2002, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE/AM.

10- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 13 de Dezembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral